

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

GUAZZA (Guido), CASTRONOVO (Valério), ROCHAT (Giorgio), MODONA (Guido Neppi), MICCOLI (Giovanni) e BOBBIO (Norberto). — *Facismo e Società Italiana*. Turim. Einaudi. 1973. 253 pp.

Hoje, um juízo adequado da história do fascismo não é possível sem imergí-la na história da Itália. É o que se propõe nesse volume sob a direção de Guido Quazza, professor de História Contemporânea na Universidade de Turim. Sob o título de *Fascismo e Sociedade Italiana*, foram recolhidas as relações da oitava edição (1972) do Seminário de História Contemporânea que se realiza todo ano por iniciativa do Instituto de História da Universidade de Turim, do Centro de Estudos Piero Gobetti e do Círculo da Resistência.

Guido Quazza: Introdução — *História do fascismo e história da Itália*.

A bibliografia sobre o fascismo é vastíssima. Não obstante, ainda não foi abordado adequadamente o problema das ligações entre a história do fascismo e a história da sociedade italiana. Assim, são salientadas as limitações de interpretações do fascismo que tendem a descrever o processo como se fosse autônomo, e não o produto das forças amadurecidas no curso da história da Itália liberal.

Propondo uma análise dinâmica e não tipológica, Quazza afirma que os “valores das classes médias” assumidos pela política fascista são genéricos e contraditórios. Na passagem da Itália liberal para a Itália fascista, transformam-se os modos de recrutamento de pessoal político e as disposições de governo; mas resta a velha substância autoritária do “sistema”. E a muitos dos velhos dirigentes o fascismo aparece como regime capaz de dar um consenso de massa ao domínio das forças capitalistas, sendo difícil negar o fato que os mecanismos organizadores do fascismo encobrem com os “valores”, relações de poder que permaneceram nas estruturas de fundo precedentes a 1922.

Estes elementos afirmam a perspectiva de *continuidade* e rejeitam a da *ruptura*. Assim, Quazza propõe a abordagem dos *momentos-chave* de *desencontro* e *encontro* das forças. Os mais indicativos para mensurar o porquê de certas vitórias e derrotas parecem ser 1919-25, o momento da aliança da oligarquia liberal com o fascismo; 1935-36, quando se verifica o apogeu do regime; 1942-43 com a ruptura da aliança vintenal e, 1945-46 o quarto momento-chave em que examina a ação da Resistência até a “Reconstrução”. Dois desses momentos (1919-25 e 1945-46), sublinham o encontro e o desencontro nos seus

(*) . — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

nexos internos; os outros dois (1935-36 e 1942-43), nos seus nexos internacionais.

Valerio Castronovo: *O poder econômico e o fascismo.*

Só uma análise de “longo período” permite-nos dar conta dos motivos, da natureza e dos limites da convergência entre oligarquia econômica e fascismo. Assim, Castronovo empreende a análise da crise do bloco de poder giolittiano, das relações entre industriais e nacionalistas; e a partir de 1920, da acentuada e progressiva desconfiança no sistema liberal. Em seguida, as garantias oferecidas pelo fascismo: o saneamento econômico, garantido através de um regime de ordem, com o programa doutrinário dos nacionalistas de disciplina social e rígidos princípios de produtivismo. A análise se estende sobre os progressos e limites da economia durante o regime, enfocando a agricultura e a indústria, detendo-se nos anos 30, para examinar os efeitos da depressão. Dos problemas da organização do trabalho e da guerra, Castronovo encerra o artigo com o divórcio entre o poder econômico e o fascismo à partir de 1942, com uma aproximação dos industriais em direção dos Aliados tentando separar sua sorte do regime fascista.

Giorgio Rochat: *O exército e o fascismo.*

Na Itália do Ressurgimento como na Itália liberal o exército tinha um duplo papel: instrumento defensivo e ofensivo dirigido para o exterior e tutor da manutenção social e política interna. Mesmo com a vitória final da Iª Grande Guerra, e no primeiro após guerra, esse continua a ser o papel do exército, que agora tem uma certa margem de ação política, concedendo seu apoio ao fascismo; e, o único interesse das facções políticas no exército é o apoio dele nas lutas internas e não a suficiência do exército. Em troca do apoio dos militares, o regime fascista renunciou a exercitar um controle político sobre a preparação bélica, deixada aos cuidados das altas hierarquias das forças armadas. Mas a absoluta autonomia das forças armadas teve pesadas repercussões sobre a preparação bélica: cada uma agirá por conta própria, com uma eficiência global extraordinariamente baixa. As forças armadas italianas irão ao encontro da IIª. Guerra Mundial com uma aureola de potência baseada no blefe, capaz de enganar mesmo quem conhecia a realidade. Por outro lado, não se deve diminuir a responsabilidade dos militares no ingresso da guerra e, não se pode explicar toda uma série de derrotas, através da superioridade de forças dos adversários. O movimento de libertação provará que as forças armadas não tentam e não sabem inserir-se no novo processo.

Guido Neppi Modona: *A magistratura e o fascismo.*

Dois são os aspectos fundamentais numa pesquisa sobre a magistratura durante o período fascista. O primeiro tem seu eixo no exame do complexo das normas legislativas emanadas durante o vintênio para regular as relações

entre a magistratura no confronto com os outros poderes do Estado e, a organização interna da ordem judiciária. O segundo diz respeito à adesão dos juízes ao regime fascista.

As várias intervenções do executivo que são examinadas até a ordenação judiciária de 1941, permitem apreciar porque o fascismo esperou dezoito anos antes de fazer emanar uma nova ordenação. Procura-se demonstrar as limitações de espaço que eram deixadas à magistratura para operar através da livre escolha: as decisões não controladas pelo regime eram reduzidas ao mínimo. A natureza das intervenções do governo e as relações entre os dois poderes não sofrem modificações substanciais depois de 1941. A ruptura com a disciplina jurídica e as praxes administrativas e de governo da máquina judiciária, virá com o primeiro período da libertação.

Giovanni Miccoli: *A Igreja e o fascismo*.

Miccoli coloca preliminarmente uma premissa que é uma limitação de campo: falando de Igreja entende a sua realidade jurídico-institucional, por isso hierarquia eclesiástica nas suas inter-relações e emanações. Em seguida, afirma que a avaliação das relações entre a Igreja e o regime fascista deve ter em conta a impostação doutrinal e a direção política assumida pelo papado de Leão XIII.

O encontro da Igreja com o fascismo demonstra como as escolhas políticas e táticas que a Igreja fez nos anos do vintênio fascista situam-se numa linha e numa concessão da vida religiosa e do papel da Igreja na sociedade, que vão bem além do período fascista e dos problemas colocados para a Igreja pelo regime. Uma linha que com os acontecimentos da segunda guerra mundial e o após guerra entrou numa crise profunda: crise que o pontificado de João XXXIII e o concílio esclareceram no momento que a colocaram em discussão.

Norberto Bobbio: *A cultura e o fascismo*.

O artigo é limitado a considerações sobre a cultura acadêmica, que não foi perseguida pelo fascismo. Isso, porque entre a universidade e o regime se estabeleceu um *modus vivendi*: a universidade foi deixada em paz, para que deixasse em paz a política.

A maior empresa cultural de 1929-37, a “Enciclopédia Italiana” não é uma obra fascista. Entre os colaboradores há nada menos que noventa signatários do manifesto antifascista de Croce. Da mesma forma, as revistas universitárias, muitas delas nascidas em época pré-fascista, continuaram imperturbáveis o seu caminho. A razão por que se mantinha uma cultura independente: “era tolerada, porque era ou era considerada inócua”. Muito diverso foi o relacionamento entre a cultura e o fascismo, nos campos que o regime considerava seu domínio reservado: a economia e o direito.

Existiu uma cultura fascista? No duplo sentido, ser feita por fascistas declarados ou ser de conteúdo fascista, nunca existiu realmente. Quanto ao que diz respeito ao conteúdo do que se chamará “doutrina fascista”, o regime não teve um pensamento original.

HAROLDO CAMARGO

* * *

*

GOLLWITZER (Heinz). — *Geschichte des weltpolitischen Denkens*. Vol. 1: *Vom Zeitalter der Entdeckungen bis zum Beginn des Imperialismus*. Göttingen. Vandenhoeck & Ruprecht. 1972. 535 p.

A “História das idéias da política mundial”, do historiador alemão Heinz Gollwitzer, da Universidade de Münster, prevista para dois volumes, o primeiro abrangendo as épocas desde os grandes descobrimentos até o advento do imperialismo, parte da experiência, hoje generalizada, da “política mundial”, como “ponto pacífico também na consciência pública”. Sem pretender apresentar “nem filosofia da história nem teoria das relações internacionais”, o autor se propõe à grande tarefa de seguir, na sua evolução histórica, a formação das idéias de política mundial e da história da consciência política. Diz o autor, na contra-capa da sua volumosa obra: “Como e desde quando se concretizou, na consciência do homem, a possibilidade e, mais tarde, o próprio fato de uma “política mundial”? Quais foram os pontos de vista que determinaram, no decorrer do século (muito mais: ‘no decorrer dos séculos!’ — J. A.) as concepções e projetos de política mundial? Que diagnoses da política mundial foram lançadas, que programas foram desenvolvidos? Na história da política mundial, porém, as idéias, projetos e programas sempre nasceram em determinadas situações históricas; por isso são incluídos na análise, continuamente, o desenvolvimento da política do poder e as transformações das sociedades”.

A obra de Gollwitzer corresponde a tal programa e propósitos? — e ao próprio título? — O próprio autor afirma que “a política mundial, na sua retrospectiva, é história política mundial, é só uma parte da história universal” (p. 32). Efetivamente, o autor não pretende nenhuma universalidade diante da “extensão quase imensurável do material à disposição, só podendo adotar um sistema seletivo” (p. 5). Escolhe, de cada época em apreço, ao lado de um grande número de autores “secundários”, dois pensadores ou publicistas a serem tratados mais especificamente (Tommaso Campanella, Richard Hakluyt; Leibniz, Vauban; G. Th. Raynal, C.-Fr. Volney; Abbé de Pradt, A. Hill Everett; Richard Cobden, Friedrich List). O capítulo sistemático introdutório propõe, como aliás o livro inteiro, “como objetivo mais urgente, tornar mais plástico e cinzelar melhor o conceito das idéias da política mundial, evidenciando-o como parte da consciência político-histórica moderna, introduzindo-o e

assegurando sua aceitação” (p. 6). E é neste quadro teórico geral que constatamos uma outra limitação do trabalho: o autor parte, na sua definição de “política mundial”, do *fait accompli* da situação criada pela expansão europeia, pela “europeização” do mundo nas épocas da Colonização e do Imperialismo. As próprias fontes usadas refletem tal limitação: fontes européias e norte-americanas.

Certamente não pretendemos preconizar a existência de grandes sistemas teóricos de política mundial fora do âmbito europeu e europeizado, mas mesmo nos parágrafos introdutórios denominados de “prolegômenos para o conceito da política mundial”, “pré-história da política mundial” e “tradições universalistas”, o autor não nos lembra o relativismo da escolha. Gollwitzer apresenta, por exemplo, a “política mundial”, concebida no “cosmos” polarizado pela China, lado a lado com impérios da Antiguidade (p. 18, 35, 37), enquanto há a diferença essencial de terem existido, na Ásia como na América precolombiana, altas culturas com tradições universalistas bem definidas, porém destruídas pela expansão de um só tipo de política mundial, do tipo europeu, a partir dos grandes descobrimentos.

Gollwitzer define “política mundial” pelas categorias formais da interdependência, da interação, do “princípio do pluralismo no desenrolar da história mundial, e, historicamente, pela “tomada de consciência de que nosso planeta é um todo, junto com o começo da corrida dos poderes europeus para ganharem as posições decisivas neste mundo ampliado” (p. 19-20). Basta tal imagem de “um mundo ampliado” para evidenciar que o autor parte de um conceito de “política mundial” em parte realizado, historicamente, pela emancipação política e econômica dos Estados Unidos e do Japão (cf. a definição de G. Barraclough, p. 19), e, a partir da Segunda Guerra Mundial, pelo crescente processo de emancipação dos países do “Terceiro Mundo”. As próprias teorias tratadas por Gollwitzer reclamam e partem elas próprias de categorias diferentes: expansão, descobrimento, conquista, dominação, exploração, hegemonia, monarquia universal, substituição de um monopólio hispanico-português por um outro da Inglaterra ou (a ser mostrado certamente no segundo volume, ainda não publicado), revezamento entre a Inglaterra e os Estados Unidos como a primeira potência econômica mundial.

Vale um exemplo prático para evidenciar a insuficiência das categorias teóricas. Falando do “Imperialismo do Livre Comércio”, o autor considera “a expansão como forma de comportamento adequada, na época, à sociedade dinâmica ocidental, enquanto as sociedades asiáticas e africanas tentaram isolar-se, sentindo porventura a sua inferioridade técnica. Tem que se considerar, por exemplo, neste contexto de choque de uma sociedade enrijecida e defensiva com uma sociedade expansionista e otimisticamente progressista, as guerras da Inglaterra contra a China.... Em última análise, tais acontecimentos trouxeram proveito para a modernização e emancipação da China, mesmo se, pri-

meiramente e durante longos decênios, o Império foi arrojado em terríveis crises.” (p. 428).

A “História das idéias da política mundial” se apresenta, assim, como a história das idéias da política européia e norte-americana no mundo, como a história do tipo de política mundial que, na terminologia de Darcy Ribeiro, se apresenta como agente da “atualização ou incorporação histórica”.

Um outro aspecto do livro a ser submetido a um exame crítico é a relação entre as idéias da política mundial e a própria política mundial, isto é, a questão da vigência prática dos grandes pensadores e dos grandes sistemas teóricos. “Conta entre os propósitos deste livro, propósitos a serem realizados certamente só de modo imperfeito, manter claramente o fator político como fio condutor e levar em conta e considerar, devidamente, por outro lado, a relevância que têm, para a política mundial, os fatores universais que não são, essencialmente de ordem política” (p. 15). Em que medida o pensamento, no âmbito da política mundial, é reflexo da realidade do poder; em que medida os teóricos estavam ligados aos centros do poder; em que medida as idéias e os sistemas adquirem uma dinâmica própria, constituindo-se num fator atuante da grande política? Nos casos de Richard Cobden e de Friedrich List, já os dados biográficos principais, retrçados pelo autor, nos oferecem um quadro seguro para podermos avaliar as diferenças essenciais dos dois quanto ao grau da “atuação política” das suas idéias. Com outros autores, o grau de influência direta ou indireta permanece menos claro. Falando sobre Tommaso Campanella, figura trágica que não abjurou seu espírito de independência intelectual nem mesmo durante quase trinta anos nas prisões da Inquisição, o autor nos oferece um capítulo sobre os “efeitos e repercussões” da obra grandiosa deste “Doutor Fausto da Contra-Reforma”. Obviamente “não se pode considerar Campanella, encarcerado e torturado pelos poderes contra-reformatórios, como “ideólogo chefe” deste mesmo grupo. . . Não o que ele realizou, mediata ou imediatamente, dá-lhe importância, mas o que ele representou e pressentiu, e as tendências intelectuais concretizadas na sua obra” (p. 107). Efetivamente Gollwitzer constata que “não pode haver questão de qualquer efeito imediato dos projetos de Campanella sobre a política mundial”, e que a “Monarquia Hispânica” e as ameaças aí formuladas em relação ao protestantismo deram origem, nos Países Baixos, à máxima “melhor turco do que papista”, sem por isso impedirem que os próprios protestantes publicassem os manuscritos de Campanella (p. 106-7). Nos outros autores comentados (a não ser em relação aos já citados Cobden e List), o professor Gollwitzer nos dá valiosas embora só esporádicas indicações sobre a possível relevância prática ou ideológica das obras e dos autores comentados, caracterizando, por outro lado, de Pradt como “autor não especialmente influente”, com traços de reformismo ridículo nas suas concepções (p. 401). E — para dar outro exemplo — parece óbvio que o anticolonialismo e anticomercialismo radical e moralista de Volney podia “encontrar atenção crítica” apesar ou mesmo por causa da sua posição tão

afastada de qualquer tipo de concretização ou influência, e a obra de Raynal, cujas “alternativas propostas quase sempre são utópicas” (p. 272, nota 144), assim mesmo teve grande repercussão, ao menos no ambiente dos salões.

O autor preconiza, como uma exigência “óbvia”, estudar “o pensamento da política mundial . . . em estreita ligação com o andamento geral da história e (a ser) analisado no seu relacionamento dialético com a política mundial” (p. 26). Sob que condição os autores e compiladores de idéias da política mundial tiveram “sucesso”? Quais as condições para que as idéias e sistemas filosóficos possam concretizar-se, numa repercussão na história geral das idéias e na sua concatenação com o fluxo contínuo da história? O autor nos dá inúmeros indicações neste sentido, indicações porém espalhadas no livro, tão rico em material que, como nos parece, teria sido de sumo proveito sistematizar, numa análise teórica mais rigorosa, as interrelações e influências mútuas entre a história das idéias e a história propriamente dita. Que o autor não tenha prosseguido desta forma, parece-nos ser, de um lado, uma consequência natural e quase fatal da abundância ilimitada no material analisado neste trabalho pioneiro, e, por outro lado, o efeito da estrutura dada ao livro: depois de um capítulo introdutório-teórico o autor trata do desenvolvimento das idéias da política mundial nas suas etapas cronológicas e, dentro delas, em parte segundo conceitos históricos e teóricos (ideologia de cruzadas, a República Comercial Mundial, balança mundial etc.), na maior parte, porém, segundo os autores. Uma tal disposição do livro, além de dificultar visivelmente o desenvolvimento de um nível teórico mais rigoroso, dificulta e às vezes torna árida a leitura. Esperamos que o segundo volume, já anunciado, traga um índice dos assuntos para que o leitor possa orientar-se melhor e mais facilmente sobre questões específicas. O pensamento e as campanhas abolicionistas, para lembrar uma questão relevante, por exemplo, para a História do Brasil, formam um aspecto de sumo interesse e importância no pensamento político, assim como, ainda o surgimento, através de um grande número de autores, das idéias da emancipação política das colônias européias, e muitos outros exemplos, para os quais o livro oferece uma ampla documentação.

Entre os muitos assuntos da maior importância, tratados no livro em apreço, destaca-se o papel que o comércio mundial desempenhou (e ainda desempenha) como inspirador, veículo e força dinâmica da política mundial, papel que se reflete e condensa nos escritores tratados, levando-os a considerações caracterizadas por um realismo e pragmatismo surpreendentes e, sobretudo, pela firme vontade de usar o comércio mundial não só como garantia da própria prosperidade, mas também e sobretudo como melhor precursor de uma verdadeira política de dominação mundial. Os manuais e enciclopédias comerciais dos séculos XVI e XVII estão cheios de considerações com uma visão mundial. Hugo Grotius, o primeiro grande defensor da “liberdade dos mares”, conta entre os escritores holandeses e ingleses envolvidos na contenda secular entre

as forças marítimas protestantes e católicas-ibéricas, defendendo a “liberdade” e tendo em vista a substituição do monopólio luso-espanhol pelo monopólio próprio; o autor distingue, porém, entre o que parece pura camuflagem e a auto-dinâmica e independência que tais doutrinas assumem (p. 68-69). Sir Walter Raleigh, grande navegador e importante escritor da época elisabetana, formulou de forma clássica esta máxima clássica da política inglesa: “For whoever commands the sea commands the trade; whoever commands the trade of the world commands the riches of the world, and consequently the world itself” (p. 119).

A publicação do professor Heinz Gollwitzer deve ser considerada, sem dúvida, como uma obra pioneira de maior interesse e mérito, e que deverá tornar-se, não temos dúvida, um livro clássico da história das idéias e da política mundial.

JOHANNES AUGEL

* *

*

DEUTCHER (Isaac). — *Las raíces de la burocracia*. Editorial Anagrama. Barcelona. 970. Coleção “Cuadernos Anagrama” nº 1. Série “Documentos”.

O “caderno” compõem-se de três conferências sôbre o tema “burocracia” pronunciadas em 1960 na *London School of Economics*.

A burocratização crescente das sociedades contemporâneas ocupa a posição central nas conferências e no pensamento teórico político em geral. O fenômeno é observável não só nas sociedades “ocidentais” onde teóricos chegam a afirmar que um “sistema gerencial” quase chega a substituir o capitalismo, como também nas sociedades “pós-capitalistas” do bloco soviético, especialmente na União Soviética.

O fenômeno só foi examinado de forma parcial pelos teóricos políticos e faz-se necessário formular uma “teoria da burocracia”, mais completa e satisfatória do que as existentes. O “campeão da burocracia” no ocidente, Max Weber, formulou suas teses “viciadas” pela situação objetiva em que viveu. Pensadas que foram no interior da mais burocrática organização política que se tem conhecimento, o Estado Prussiano, projetam essa situação numa construção teórica generalizadora sem muito rigor histórico. O modelo burocrático prussiano, ainda que possua verdades universais, não abrange toda a verdade da burocracia.

Essa limitação teórica por uma determinada situação objetiva, precisa de ser superada.

Num outro limite, temos a concepção anarquista da burocracia e do Estado, cujos representantes mais ilustres (Proudon, Bakunin e Kropotkin) teorizam a rebelião intelectual da França e da Rússia contra a burocracia.

No caso, a burocracia foi entendida como encarnação mesma de todo o mal da sociedade que não pode desaparecer sem que seja destruído o Estado.

Nesse sentido existiram pontos de contato entre o marxismo e o anarquismo? Afinal, o marxismo não propõe, ele também, a extinção do Estado? Eis um problema a ser analisado.

As conferências levantam ainda outras questões: as relações entre o marxismo “clássico” e o fenômeno burocrático, e o marxismo frente a burocracia pós revolucionária, ocupam, por exemplo, uma conferência inteira.

Os fatores históricos do poder burocrático atual, sua supremacia política na sociedade moderna, e porque até hoje nenhuma revolução logrou liquidar o poder da burocracia, são outros temas submetidos a exame pelo autor.

A análise das raízes da burocracia é realizada a partir do problema da reificação das relações humanas, com o aparecimento de “vida” em “coisas”. A burocracia pode ser analisada a partir dessa perspectiva. Entendida como um aparato impessoal e hostil que adquiriu vida e poder sobre os seres humanos, suas origens encontram-se no momento em que o trabalho foi dividido entre manual e intelectual. Criou-se assim o fosso entre organizadores e organizados, ou, em nossos dias, entre o operário e o burocrata.

Assim, a burocracia é tão velha quanto a civilização e nesse sentido, existiu sempre. Variou, é claro, de intensidade, conforme as épocas e, seu apogeu, como poder político, foi atingido com o advento do capitalismo.

A burocracia igualmente não desaparecerá. Ela é elemento essencial a qualquer sociedade que apresente uma divisão de trabalho manual e intelectual. Não se pode mais “pensar” uma sociedade sem sua burocracia. Sua existência como organizadora da produção social não pode faltar, sob o risco de desintegrar-se o corpo social.

Nem tão pouco a burocracia pode ser entendida como uma limitação à sociedade comunista. Para o autor “si la burocracia era un débil prelúdio de la sociedad classista, la burocracia caracterizará el cruel y feroz epílogo — pero al fin y al cabo epílogo — de la sociedad classista”. O período é ousado e só pode ser compreendido a partir de uma análise crítica do marxismo “clássico” que não enfrentou o problema da burocracia, nem prática, nem teoricamente.

O problema do Estado organizado como “ditadura do proletariado” não esgota o problema burocrático. O marxismo clássico negligenciou o problema burocrático. A situação objetiva do século XIX não propunha ao pensamento esse aspecto da organização do Estado. O marxismo clássico encarava até com

certo otimismo essa organização, pois até um simples cozinheiro seria capaz de fazer funcionar o aparelho estatal...

A história posterior da burocracia e seu recrudescimento aí estão para demonstrar a negligência dos “clássicos” frente à questão.

Nesse ponto ressurge e adquire importância fundamental para o pensamento, a teoria da extinção do Estado. Para Marx isso significava a extinção do *Estado político*, ou seja, o Estado seria despojado de seu aspecto político de dominação de uma classe sobre o conjunto da sociedade.

Quando a sociedade, revolucionariamente, chegar a despojar do Estado o seu conteúdo político, permanecerá apenas o Estado administrador do processo da produção, o aparelho burocrático que realizará a sociedade não classista.

FLÁVIO V. LUIZETTO

* *
*

NEVES (L. F. Baeta) (organizado por). — *Estruturalismo e Teoria da Linguagem*. Petrópolis. Editora Vozes Limitada. 1971.

Pertencente à coleção *Epistemologia e Pensamento Contemporâneo*, o volume *Estruturalismo e Teoria da Linguagem* se compõe da tradução, por Luiz Felipe Baeta Neves, de *Archeologie des Sciences* de Michel Foucault, texto em resposta às questões colocadas pelo Círculo de Epistemologia da Escola Normal Superior de Paris, e que se encontra nos *Cahiers pour l'Analyse* nº 9 (1968) dedicado à genealogia das ciências; e de quatro ensaios centrados na discussão, frente ao “estruturalismo”, dos pressupostos para a formulação de uma teoria do discurso.

A tradução do texto de Michel Foucault é de grande importância tanto para aqueles preocupados com os problemas de uma epistemologia contemporânea, como para os que se preocupam com a formulação de uma metodologia de análise e uma teoria do discurso. O Autor discute problemas de extrema importância como o das relações entre estrutura e história e o do atual estatuto da noção de descontinuidade nas disciplinas históricas; e inicia, a explicitação do método de análise do discurso desenvolvido à partir dos modelos construídos como resultado de suas pesquisas (1), e a formulação da teoria que informa seus trabalhos (assunto que depois desenvolveria melhor em *L'Archeologie du Savoir*) (2).

(1). — *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris. Editions Gallimard. 1972 (2ª ed.); *Naissance de la Clinique*. Paris. P. U. F., 1963; *Les Mots et le Choses*. Paris. Gallimard. 1966.

(2). — Michel Foucault, *L'Archeologie du savoir*. Paris. Gallimard. 1969.

Entre os demais trabalhos que compõem a coletânea (3) merece destaque o de Luiz Costa Lima, *Pressupostos do pensamento estruturalista*. Procurando negar o empirismo especulativo apontado na teoria de Lévi-Strauss, o Autor, apresenta um panorama diferencial entre o pensamento lévi-straussiano e o evolucionismo social; com elementos, ora de uma abordagem do tipo histórico (contraste do entendimento das Ciências Sociais pela antropologia de Lévi-Strauss com o entendimento evolucionista), ora de uma abordagem do tipo interno (compreendendo as condições de acesso e as condições constitutivas) são caracterizados e diferenciados, na história do pensamento teórico, os filósofos que já continham implicitamente formulações análogas ao pensamento estrutural, diferenciando dessa forma, a noção de estrutura de Lévi-Strauss da de Comte. O 'estruturalismo' é visto aqui como *prática científica e crítica dessa prática* — como epistemologia; como um instrumento básico para a constituição de uma teoria da significação: uma teoria aberta.

ZÉLIA VITÓRIA CAVALCANTI LIMA

* *

*

BUESCU (Mircea). — *300 anos de inflação*. Prefácio de Mário Henrique Simonsen. Rio de Janeiro. APEC. 1973. 232 págs.

“Mircea Buescu inclui-se entre os mais incansáveis pesquisadores de nossa História Econômica. Sua probidade científica não lhe permite substituir a História pela ficção e, como tal, Buescu antes de sistematizar os fatos, tem o cuidado de descobri-los extensivamente, para só depois tentar alinhavá-los num modelo lógico. Isso não o leva a desenvolver interpretações elegantes da História, mas a produzir trabalhos de elevado mérito científico”. Dito isto pelo prefaciador do presente volume, nada mais nos cabe senão reconhecer o extraordinário esforço do eminente pesquisador para a elaboração de uma primeira história dos preços no Brasil, desde os fins do século XVI até o fim do Império. As análises contidas no livro basearam-se, na maioria dos casos, em pesquisas de fontes primárias, feitas especialmente para o seu trabalho, ou anteriores, porém, ainda não aproveitadas no sentido em que o autor as utilizou. Mesmo com as dificuldades inerentes a uma pesquisa desta natureza, o Professor Buescu realizou obra de consulta indispensável, e que ficará como um dos grandes marcos da nossa historiografia econômica.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *

*

(3). — Luiz Costa Lima, *Pressupostos do pensamento estruturalista*; Antônio Sergio Mendonça, *Semiologia e a Aceitação e Recusa do Estruturalismo*. Milton José Pinto, *Elementos para uma teoria da interpretação semântica dos discursos*. Mario Guerreiro, *Notas para uma teoria do discurso*.

MERCADANTE (Paulo). — *A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1972. 236 págs. (Coleção “Retratos do Brasil” volume nº 84).

Esgotado há muito, bem andou a Civilização Brasileira em reeditar este valioso ensaio, dos melhores publicados nestes últimos anos sobre a história política e social do Brasil. A preocupação principal do autor é mostrar que a conciliação tem sido o traço constante e básico do comportamento político dos conservadores no Brasil. Ao recompor o nosso passado, o autor, com argúcia e agudeza, fixa os pontos fundamentais de nossa evolução cultural. A crítica já se manifestou sobre o livro, por ocasião de seu aparecimento em 1965 pela Editora Saga, do Rio de Janeiro. Cabe-nos, agora, portanto, apenas registrar o interesse de seu reaparecimento.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

*

FERNANDES (Florestan). — *O Negro no Mundo dos Brancos*. Difusão Européia do Livro, São Paulo. 1972. 286 págs.

No conjunto das pesquisas sociológicas sobre a realidade social brasileira, ressalta desde logo a importância dos estudos sobre as relações entre negros e brancos. Tanto qualitativa quanto quantitativamente, os trabalhos publicados sobre essa problemática representam uma das contribuições científicas mais importantes para o conhecimento da maneira pela qual funciona e muda a sociedade brasileira.

Na produção dos sociólogos brasileiros e estrangeiros dedicados à análise das relações entre negros e brancos, destaca-se a obra de Florestan Fernandes. Provavelmente ele é o sociólogo brasileiro que mais tem trabalhado sobre esse tema. As suas contribuições focalizam vários dos principais aspectos dessa problemática. Os seus livros e artigos publicados sobre a questão racial no Brasil examinam diversos aspectos importantes do assunto, desde as condições de existência social do escravo até as elaborações mais sutis e cruéis do mito da democracia racial.

“O Negro no Mundo dos Brancos” é mais uma contribuição fundamental de Florestan Fernandes à sociologia das relações raciais no Brasil. Sob vários aspectos, aí temos uma síntese das interpretações e hipóteses que o autor tem formulado e desenvolvido na parte da sua obra relativa ao negro brasileiro.

O livro reúne escritos publicados ao longo da carreira científica do autor. Está dividido em quatro partes: na primeira, encontram-se os trabalhos relativos às “barreiras da cor” na sociedade brasileira; na segunda parte estão aqueles relativos ao “impasse racial no Brasil moderno”; a terceira contém escritos sobre a “busca da democracia racial” brasileira; e na quarta estão os trabalhos sobre “religião e folclore”. Por fim, e significativamente à guisa de conclusão, está um ensaio sobre “aspectos políticos do dilema racial brasileiro”. No conjunto, os trabalhos reunidos no livro abordam aspectos sociológicos, psicológicos e antropológicos das relações entre o negro, o mulato e o branco no Brasil. Em outros termos, nesses escritos o autor examina as condições socio-econômicas e políticas de existência do negro e mulato brasileiros, em suas relações com o branco e entre si mesmos.

Dentre os vários temas focalizados, destaca-se a análise dos movimentos sociais do negro e mulato. Tomando a história social do Brasil, desde a abolição da escravatura, o autor aborda o esforço persistente e difícil do negro e mulato no sentido de conseguir a redefinição social do ex-escravo, como trabalhador livre e como cidadão. Eles lutam para que a “igualdade perante a lei” seja efetiva e não apenas retórica, tanto na fábrica como na escola, tanto nos clubes e associações como nas relações de família. O negro e o mulato lutaram e continuam a lutar contra toda sorte de manifestações de desigualdade racial, isto é, de preconceito e discriminação. “Há quem pense que o negro luta por privilégios, através desses movimentos. Mas isso não é verdade: ele luta contra privilégios” (p. 38).

Em especial, o livro reúne contribuições importantes para uma sociologia da ideologia racial do branco brasileiro, em sua organização interna e quanto aos seus efeitos no pensamento e na atividade do negro e mulato. E no nível da ideologia racial do branco, em particular no âmbito do mito da democracia racial, que podemos encontrar as expressões mais elaboradas e sutis da “neutralização do *meio negro*, como coletividade ou categoria racial, para qualquer processo dotado de real eficácia política” (p. 277). A verdade é que “as tendências ideológicas e utópicas que valorizam, no meio branco, a integração racial” têm funcionado como um dos fatores básicos de delimitação das condições nas quais os negros e mulatos formulam e põem em prática sua competição com o branco (p. 39). Sob esse aspecto, o mito da democracia racial adquire o caráter de uma técnica social, por intermédio da qual o branco, segundo as exigências da sua classe social, procura estabelecer as condições e o alcance da atividade e da mobilidade social do negro e do mulato, como pessoas e como grupos sociais.

Em suma, para compreender como funciona e muda a sociedade brasileira, é indispensável conhecer como se mesclam ideológica e praticamente as relações de raças e as relações de classes. Nesse nível está um dos pontos centrais das estruturas de dominação mais persistentes na sociedade brasileira.

OCTAVIO IANNI

* * *

*

LEVINE (Robert). — *O Regime de Vargas e a Política de Extremismo no Brasil, 1934-1938*. Universidade de Princeton. 1968.

A tese de doutoramento de Robert Levine, *The Vargas Regime and the Politics of Extremism in Brazil, 1934-1938*, foi publicada pela Columbia University Press em 1970 com o título *The Vargas Regime (The Critical Years, 1934-1938)* (1).

Qualquer que seja seu título, é bem a expressão do interesse político, quase exclusivo, que o autor dedica a esse seu trabalho.

O livro de Levine chama-nos a atenção pelo grande número de documentos levantados sobre a situação social e ideológica dos anos de 30.

Para esse fim consultou arquivos oficiais como o Arquivo Nacional (RJ), Supremo Tribunal Federal, no Palácio da Justiça (RJ), Tribunal de Segurança Nacional e Supremo Tribunal Militar (RJ). Os da polícia: Delegacia de Ordem Social e Investigações, Natal, Rio Grande do Norte (1935-65), Departamento Federal de Segurança Pública e Polícia Política e Social (Rio de Janeiro) (1930-45), Secretaria de Segurança Pública, Recife (1935-45). Além de ainda pesquisar em outras instituições como a Academia Brasileira de Letras, Museu Histórico Nacional, teve acesso a arquivos particulares como o de Caio Prado Júnior, Roberto Sisson, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Cavalcanti de Albuquerque.

Acrescenta-se ainda à sua pesquisa o estudo de inúmeros trabalhos não publicados, como *Written Statements to Author*, feitos por personagens que tiveram importância na época: Agildo Barata, João Café Filho, Protásio de Mello, Herculino Cascardo, Roberto Sisson e outros. Entrevistas completam este quadro de informações pessoais.

Finalmente, uma bibliografia de cerca de quatrocentos títulos de livros, revistas e jornais, ao lado do volume de documentos levantados, faz de *The Vargas Regime* ou *The Vargas Regime and the Politics of Extremism in Brazil* um importante manancial de fontes informativas.

A dissertação de Levine examina o regime de Vargas dos anos de 1934 a 1938, dando ênfase de um lado à política nacionalista do governo — fator disruptivo das tradicionais estruturas político-oligárquicas — e de outro, ao papel das esquerdas e da Aliança Nacional Libertadora, à revolta de 1935, à

(1). — Na *Luso-Brazilian Review*, na parte reservada aos títulos de teses publicadas ou em realização, vem como *The Brazilian Communist Party, 1920-1947*.

consequente instalação do Estado Novo, ao papel dos Integralistas e sua queda após 1937.

O autor apresenta num quadro geral o ambiente brasileiro entre os anos de 1930-1935, os quais foram testemunha de uma forte luta entre forças competitivas: umas, representando o ortodoxo *laissez faire* do velho regime e outras, advogando novas experiências no campo econômico e social. Manobrando habilmente com os diferentes grupos políticos, e sem se deixar envolver por nenhum, Getúlio Vargas, segundo o autor, consegue se firmar, consolidando seu governo (1935-37), em nome da estabilidade político-econômica e da unidade nacional — através do silenciamento das forças de oposição e do sacrifício das liberdades civis.

O autor explica a rejeição brasileira a uma democracia liberal através, de um lado, do fracasso político do período pré e pós 1930, em que o tenentismo e a própria A. N. L. não foram capazes de resolver as inadequações do *status quo* e de outro como reflexo da própria política internacional com a ascensão do facismo na Europa, o qual propiciou ambiente para o desenvolvimento do sistema ditatorial no Brasil.

Finalmente, segundo Levine, caracteriza o regime de Vargas a sua tática de forjar e manter apoio efetivo de diversos elementos dentro da elite militar e civil e das camadas populares, os quais possibilitaram sua permanência no poder durante o difícil período entre 1930 e 1945.

Se Levine, nas linhas gerais sobre a política dos anos de 1934-38, consegue apresentar uma excelente síntese do regime de Vargas, torna-se fraco, inconsequente, quando sai da área de concentração da sua pesquisa para a análise dos fatos, encontrados na grande massa de documentos levantados pelo autor, esquecendo-se que

“diante da grande massa de fatos históricos logo no nascedouro, mas não descobertos na sua potencialidade, o historiador está sempre obrigado a guiar-se pelo princípio de seleção essencial” (2).

E é justamente essa necessidade de seleção essencial de uma sistemática metodológica que procuramos neste trabalho. Quais os critérios de avaliação de Levine no uso de tão vasta e dispar documentação? Qual o método usado na separação da natureza das fontes, e das condições em que foram escritos os documentos?

Todas essas nossas considerações frente ao acervo documental de origens diversas, são indispensáveis para o leitor poder ele mesmo aferir a exatidão e precisão com que o autor consignou o fato.

(2). — RODRIGUES (José Honório). — *Pesquisa Histórica no Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1969, p. 32-33.

E é justamente em relação ao método, ao uso dos documentos e da forma — expressão da linguagem histórica — que faremos algumas observações referentes em especial aos capítulos III — V, os quais focalizam os movimentos de esquerda.

Assim, no capítulo III, após o histórico do nascimento e de desenvolvimento dos partidos de esquerda no Brasil, da fundação do Partido Comunista do Brasil, do aparecimento do *sophisticated weekly newspaper*: a *Classe Operária*, do papel de Astrogildo Pereira e seu contacto com Prestes, da escolha deste último para Secretário do P. C. B. em 1935, detém-se na figura de Honório de Freitas Guimarães, cuja vida descreve com todas as suas peripécias, desde a infância até a idade adulta (3).

A maneira como focaliza a vida de José Honório de Freitas Guimarães, parece-nos maliciosa, pois leva o leitor não a conclusões de ordem política, mas de ordem psicológica em que o revolucionário é o produto de uma vida cheia de insucessos e frustrações. Esse tipo de preocupação, expresso pelo autor através do tratamento dado a esta documentação, fazia sentido se a pesquisa proposta pelo mesmo fosse uma história da psicologia do revolucionário, ao invés de uma história política.

Subordinado excessivamente às suas próprias ideologias, o autor, para justificá-las, deslisa muitas vezes para a História *evenementielle*, em detrimento da História Conjuntural — único meio capaz de levar-nos a uma análise profunda e consequente da formação das esquerdas no Brasil.

Rico dessas informações particulares (Arquivo da Polícia), não nos priva delas, inundando os capítulos sobre as atividades de esquerda de “fatos”, os quais pouco ou nada contribuem para a análise do processo histórico dos anos de 1930 (4). Assim, na página 70, quando focaliza as relações da A. N. L. e do Partido Comunista, detém-se num dos chefes comunistas para dizer:

“Sisson, whose relatives and first wife were relatively wealthy, at one point turned over his Petropolis house with swimming pool to P. C. B. officials, while he shared quarters with other A. L. N. officials in Rio de Janeiro”.

(3). — Baseado no depoimento *handwritten autobiography* feito por Honório de Freitas Guimarães no Departamento Federal de Segurança Pública da Polícia Política e Social do Rio de Janeiro. Levine, *op. cit.*, cap. III, nota 10.

(4). — No capítulo III *The left and National Liberation Alliance* há cerca de 22 notas tiradas dos Arquivos do Departamento Federal de Segurança Pública da Polícia Política e Social, Rio de Janeiro (a maioria) e do Tribunal de Segurança Nacional. No capítulo IV *The Integralists* 18 notas provenientes dos mesmos arquivos. E no capítulo V, *The Revolutionary Turn*, 26 notas de arquivos policiais, como do TSN e STM. Nos outros capítulos como *Social and Ideological Setting, The Vargas Administration, Reaction and Repression*, encontram-se poucos ou nenhum documento policial, baseando-se o autor em pesquisas de arquivos públicos ou particulares.

No capítulo V, *The Revolutionary Turn*, onde focaliza o movimento pré-revolucionário de 1935 e as respectivas atividades de seus chefes, detém-se em problemas tais como:

“Comfort of another type did not escape the top P. C. B. leadership, particularly its Comintern advisers, who lived in different parts of Rio de Janeiro’s best residential districts. According to later disclosures, the rents paid by Leon Valle, the Harry Bergers, and P. C. B. secretary Adalberto Fernandes ranged from 500\$000 to 750\$000 monthly moderately expensive by 1935 terms. Prestes, in hiding, occupied more humble quarters in the city’s working-class northern zone. But Prestes reportedly preferred taxis to streetcars and buses, even when he traveled from distant Jacarepaguea across the Federal District to Leblon (5).

Só esses exemplos, e há muitos outros, dão-nos o direito de perguntar que História o Professor Levine pretende construir. Pois, se o

“historiador constrói a História e se toda a História é escolha”, (Lucien Febvre)

é justamente através dessa escolha que o historiador evita a crônica e a história factual (6).

Será que o autor, na sua escolha, soube evitar a crônica e a história factual e chegar a um dos pontos, válidos aliás para toda ciência — a de que

“o pesquisador deve esforçar-se por chegar à imagem adequada dos fatos, evitando toda deformação provocada por suas antipatias pessoais”? (7).

A própria forma — (linguagem histórica) — usada em *The Vargas Regime* denota um tom passional, que evita uma abordagem objetiva dos acontecimentos levando-a para um pré-julgamento desses fatos.

Acontece quando diz

Comfortal another type did not escape the P. C. B. leadership” (p. 103) ou quando referindo-se em especial a Prestes... “But although, he lived faithfully by the taut rules of party discipline, his correspondence with former tenentes associates reveals a softer, nostalgic side to the man who *coldly* ordered the strangulation of sixteen years-old Elza Fernandes (...) (8).

Continuando a relatar situações pessoais, como

(5). — LEVINE (Robert), *Op. cit.*, p. 103 — Grifo nosso.

(6). — RODRIGUES (José Honório), *Op. cit.*, p. 33.

(7). — GOLDMANN (Lucien), *Ciências Humanas e Filosofia*, 2a. edição, São Paulo, DIFEL, 1970.

(8). — LEVINE (Robert), *Op. cit.*, p. 121 — Grifo nosso.

“He (Prestes) allowed party propagandists to exploit the deportation of his German-born wife”, chega em poucas linhas a 1945. “In 1945, when circumstances wed the fortunes of Vargas and the Brazilian Communist Party, Prestes publicly embraced the man who had imprisoned him for nine years under conditions of despair”.

Mas que circunstâncias político-sócio-econômicas foram essas? Sem uma análise histórica dos acontecimentos que levaram a essa aliança das divergências de interesses das classes dominantes, das pressões políticas nacional e internacional, da reação popular naquele momento histórico, a observação de que

“Prestes publicly embraced the man who imprisoned him”,

não é nada mais que uma observação pouco histórica e muito facciosa como

“He allowed party propagandists to exploit the deportation of his German-born wife”.

E essa maneira passional de tratar com os acontecimentos desse período revolucionário o faz cair em inexplicável erro, para quem, além de pesquisar em jornais nacionais e estrangeiros, teve acesso a certos arquivos quase inaccessíveis para os pesquisadores brasileiros (9).

Referimo-nos ao caso da morte de Olga Benário Prestes:

“although she probably died in a Swiss hospital of tuberculosis in 1938, two years after she had given birth to their daughter Anita, the communist press asserted that she had been liquidated in a Nazi extermination camp, and allegation never satisfactorily documented” (10).

Frente a duas fontes discutíveis, a primeira em que provavelmente morreu num sanatório para tuberculosos em 1938 (não ficamos sabendo em que fontes colheu essa informação) e a segunda sobre seu extermínio num campo de concentração “alegação nunca satisfatoriamente documentada” — escolhe maliciosamente o autor a primeira possibilidade, quando nenhuma delas é merecedora de fé, segundo o próprio historiador.

(9). — José Honório Rodrigues no seu livro *A Pesquisa Histórica no Brasil* (p. 135) refere-se às dificuldades de acesso de pesquisadores brasileiros a certos arquivos do governo. “Na verdade, o regimento não garante ao brasileiro qualificado (cabe ao Ministro regular a qualificação) o acesso ao arquivo, ferindo a liberdade de informação, discriminando entre brasileiros estranhos ao Itamarati e dificultando a pesquisa” (...). Na nota (5) p. 136 diz textualmente que: “O primeiro acesso às fontes posteriores a 1930 foi feito não por um brasileiro, mas por um jovem professor norte-americano, com licença especial concedida pelo Ministro Borges Leal Castelo Branco Filho. Nessa mesma ocasião foi negada ao autor deste trabalho licença para consulta de documento entre 1930-45 (...).”

(10). — LEVINE (Robert), *Op. cit.*, pág. 122. Grifo nosso.

A dúvida a respeito da morte de Olga Benário Prestes num campo de concentração, seria melhor esclarecida pelo autor se tivesse consultado alguns jornais e revistas de 1946, como por exemplo a "Folha da Noite" de 7-1-1946, onde em reportagem publicada conjuntamente com "Diretrizes", Samuel Wainer comunica o resultado de suas pesquisas na Europa à procura do paradeiro de Olga B. Prestes (11).

(11). — Tendo localizado Maria Wiedmayer, "última testemunha viva dos mártírios da esposa de Luis Carlos Prestes", conta-nos que Maria Wiedmayer "trabalha no centro de auxílio às vítimas do fascismo em Berlim, a cuja frente ela foi colocada pelas autoridades militares de ocupação".

Maria chegou a Ravensbruck numa noite de *fevereiro de 1940*.

Vinha transferida de uma penitenciária de Berlim e na escuridão de sua nova cela nem pôde distinguir as sombras que se moveram à sua entrada. Mas quando os guardas se retiraram, uma voz a saudou em nome de suas companheiras; era a voz de *Olga Benário Prestes* (...). Sua alegria aumentou, porém, quando reconheceu em Olga uma antiga companheira de trabalho político (...). Mas durou pouco o primeiro momento de alegria. Maria fora levada por engano para aquela cela condenada. Ali somente deveriam permanecer as *prisioneiras de origem judia* (...).

Primeira a torturaram durante longos meses com brutais interrogatórios (...) mas Olga não estava envolvida em nenhuma atividade ilegal na Alemanha, depois de 1933. Isso, porém, não *impediu que a mantivessem presa* até à sua morte (...).

"Alguns presentes e dinheiro que um grupo de senhoras inglesas lhe enviavam constituíam outros momentos de alegria para todas as prisioneiras. Mas depois de 22 de junho de 1941, nem mesmo a filial berlinense do Banco do México, por intermédio do qual Olga tinha recebido dinheiro e recados de D. Leocádia, pôde se comunicar com ela. Novamente o silêncio tumular dos campos de concentração caiu sobre Olga" (...). "Primeiro partiu uma leva de várias centenas de judias. Dois dias depois seus vestidos, óculos, pastas de dentes e outros objetos de uso pessoal foram devolvidos para o campo. Os guardas, para nos acalmar, explicaram-nos que elas "tinham sido levadas para diversos hospitais". *Olga partiu* no terceiro transporte. Acompanhavam-na mais 560 mulheres. Poucos minutos antes, eram mais ou menos duas horas da madrugada, consegui visitá-la e combinamos que ela me mandaria, cozido no seu vestido, um bilhete com a descrição da viagem. Quando os caminhões começaram a se mover, Olga ainda conseguiu gritar para nós: "Adeus, seguimos para Postdam"! Alguns dias depois, encontrei num vestido de Olga, que tinha sido devolvido para o campo, o bilhete prometido. Ela mandava-se dizer que estava em Postdam, internada num antigo asilo de loucos e que dentro em breve deveria ser levada para um campo de extermínio, provavelmente Auschwitz. Esta foi a última notícia que tivemos de Olga (...).

Através desse documento, poderia o autor concluir que: 1. Olga não morreu num sanatório na Suíça; 2. Olga não morreu em 1938, mas depois de 1941 (12); 3. Olga provavelmente morreu num Campo de Concentração (13).

Enfim, se a obra de Levine, no seu conjunto apresenta conclusões interessantes a respeito do Regime de Vargas, no particular deixa-se envolver pela coleta dos fatos, pelo gosto do episódio, não conseguindo superar a difícil tarefa do historiador face à História recente — a de não perder a objetividade e a de não tornar-se juiz, promotor e réu ao mesmo tempo.

DULCE HELENA A. PESSOA RAMOS

* *

*

DUQUE (Hélio). — *As contradições no Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro. Editora Paralelo. 1972.

As contradições existentes, talvez inerentes, do mundo capitalista, as tentativas de superação e de outras formas de equilíbrio mais justas — para os povos subdesenvolvidos, o papel que lhes é atribuído tem sido considerado imensamente injusto — têm feito, à miúdo, de uma e de outra forma, caírem e subirem governos.

(12). — Existem 4 cartas de Olga Benário Prestes que provam a sua permanência no campo de concentração até fins de 1941: 1ª carta, datada de 30 de junho de 1939, precedente de Lager Ravensbruck bei Fürstenberg Kt Mecklenburg (Campo Ravensbrück junto de Furstenberg Kt Mecklenburg) dirigida a Luis Carlos Prestes; 2ª carta, datada de 26 de janeiro de 1940, Ravensbrück, dirigida à sogra e cunhadas; 3ª carta, de junho de 1940, Ravensbrück, dirigida igualmente à sogra e cunhadas; 4ª carta, datada de maio de 1941, ainda de Ravensbrück, remetida à família do marido.

Do Brasil, a correspondência para Olga era remetida via Lisboa, Polícia Secreta Internacional e Defesa do Estado, para Rua Lins Albrechts, 8 — S. W. 11 — Berlim — Alemanha.

Uma carta de Luis Carlos Prestes de 26 de janeiro de 1942, quando na Penitenciária do então Distrito Federal, dirigida a Olga, foi devolvida em 14 de abril de 1942, com o seguinte esclarecimento: — Serviço suspenso — ao remetente.

Esta devolução coincide com a informação de Maria Wiedmayer de que: “depois de junho de 1941 caiu sobre Olga — no campo de concentração de Ravensbrück — um silêncio tumular.

(13). — Não conseguimos localizar uma carta de Olga (fins de 1941-42) publicada na imprensa brasileira entre 1948-1949 — proveniente de outro campo de concentração. Nesta, dizia que estava presa, à espera da morte junto com quatro jovens israelitas, às quais procurava incutir ânimo frente ao triste fim que as esperava.

Assim, apesar de ter lido esse documento na época de sua publicação, pela dificuldade de sua localização não podemos apresentá-la como mais uma refutação indiscutível às dúvidas de Levine.

Há quem não se conforme com as relações eminentemente competitivas elevadas a planos internacionais, enquanto no nível doméstico não visualizam formas mais justas.

Hélio Duque, em seu *As Contradições no Desenvolvimento Brasileiro*, revela forte formação nacionalista desenvolvimentista. Debate-se pela necessidade de industrialização de nossa matéria-prima voltada não só aos mercados internacionais, mas também ao mercado nacional, como primordial premissa para rompermos o equilíbrio atual (aliás, um equilíbrio do desequilíbrio). O *como* é que são elas...

Dependesse da disposição de nossos economistas oficiais, e o problema, ainda assim, seria enorme; mas, nem tanto quanto é na realidade, pois outras forças atuam. Os centros internacionais de decisão opõem tenaz resistência às nossas, afinal, legítimas aspirações.

Hélio Duque exemplifica bem tais lutas de interesses com a questão do café solúvel entre Brasil e Estados Unidos. É autor de um estudo mais detalhado: *A Guerra do Café Solúvel*, publicado pela editora Leitura. Apresenta o fato terrível da exportação do café verde: exportamos cada vez mais para recebermos cada vez menos.

Em *As Contradições...*, Hélio Duque trata de outros atualíssimos problemas, sempre com a apresentação criteriosa e também difícil dos números. Falamos “difícil”, pois a manipulação de dados estatísticos, sob critérios diversos, todos científicos, pode levar a conclusões opostas os economistas: muito mais, o leigo.

A questão dos fretes marítimos, *A Batalha dos Fretes*, começa com o decreto do ex-presidente Costa e Silva (1970). Lembramos que o *Act of Navigation*, da Inglaterra, é de meados do século XVII.

As enormes discrepâncias internas, os focos desenvolvidos, “a contradição” do gigantismo de São Paulo com zonas paupérrimas deixam indignado o autor. É preciso fazer algo. Cita Gunnar Myrdal que aconselha a urgência de uma reforma do estatuto da terra para quebrar ou aniquilar remanescentes feudais. Na verdade, reproduz-se, internamente, em escala menor, o mesmo esquema do capitalismo internacional. Os focos desenvolvidos não atuam, no Nordeste, da mesma maneira que o grande capital internacional atuam em São Paulo, por exemplo? Em que “contradições” caímos ao superarmos outras? Até que ponto as contradições são conjunturais? e estruturais?

O autor contribui para a análise desses problemas.

O nosso processo de industrialização (iniciado em 1930) tem sido sempre muito mais uma projeção de interesses e crises internacionais. É claro que, historicamente esses interesses e essas crises assumem variadas formas ou expres-

sões, às vezes claras, como o decreto de D. Maria I (proibindo a indústria no Brasil, em fins do século XVIII), às vezes subreptícias, como a nacionalização das Siderúrgicas (Governo Vargas): aparentemente um ato de afirmação nacional, como pretende o autor, mas que, porem, serviria para alimentar a indústria, de captial internacional, com matéria prima barata. Destaque-se a indústria automobilística incrementada no governo Juscelino.

E o fato mais lamentável, do ponto de vista filosófico-moral: ficamos na expectativa de uma crise entre as grandes potências, até mesmo a guerra, para podermos melhorar nossa situação. A autor nos lembra, que, infelizmente, tal se processou nas duas grandes guerras: países subdesenvolvidos puderam avançar no caminho da industrialização.

E o fato mais lamentavel, do ponto de vista filosófico-moral: ficamos na preocupam com nossa evolução econômica.

Queixamo-nos, apenas, de ser o livro, um tanto assistemático, como todo livro resultante de uma coletânea de artigos publicados esparsamente. Porém, talvez esteja aí o maior mérito da intenção editorial: torná-lo acessível ao interesse do grande público.

CARLOS DE ALMEIDA